

EMPRESÁRIOS SATISFEITOS

O discurso do presidente Lula foi bem recebido pelos integrantes do CDES. Para o presidente do Grupo Klabin, Horácio Piva, o pronunciamento foi forte e funcionou como um recado para a sociedade de que ele vai resistir a toda a pressão provocada pela crise política. "Foi um pronunciamento de quem sabe que está fazendo o melhor para superar a crise e dar transparência ao processo de apuração", disse PIVA. O presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, classificou o discurso de vibrante e corajoso. "O presidente Lula mostrou que está mais ligado nas coisas. Foi um ótimo momento. Todos esperavam isso dele", disse. .

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, elogiou o discurso e a disposição do presidente de trabalhar para superar a crise. "O cenário político, por mais complicado que seja, é passageiro", afirmou Skaf. Antes de falar, Lula ouviu pronunciamentos de quatro conselheiros. O representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Jorge Nazareno Rodrigues, cobrou do governo uma postura forte em relação às denúncias de corrupção e pediu ao presidente que não abandone o sonho de todos aqueles que acreditaram na sua bandeira. "Somos diferentes dos que rasgaram a nossa bandeira", disse Rodrigues.

Afirmou que também se sentiu traído, sugeriu ao presidente que retome a sua trajetória e pediu punição a todos os corruptos e corruptores que não valorizaram a forma democrática como foram conduzidos ao Congresso. Rodrigues sugeriu ao presidente Lula que convoque as centrais sindicais para uma reunião, na qual seria traçada uma agenda mínima de trabalho. "Convoque aqueles que sonharam ao seu lado para construir o futuro deste país. A hora é esta. Vamos virar o jogo", disse.

O conselheiro Ricardo Young, representante do Instituto Ethos, disse que não é hora de recuar e sim de ir fundo no combate à corrupção e eximiu Lula de culpa. "Esta crise não é a crise do governo Lula, esta é a crise de um sistema exaurido por séculos de expoliações", afirmou.

D. Demétrio, que representa a Cáritas no CDES, disse que o governo não pode sentir-se acuado e que tem "um habeas corpus político para garantir as condições de governabilidade". Os integrantes do CDES apresentaram ao final do encontro um manifesto em defesa de uma rigorosa apuração das denúncias de corrupção no país. Segundo eles, "somente com essa providência urgente a sociedade brasileira terá a percepção clara de que a impunidade não prevalecerá". (SL)